



Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos ¹

Carlos Alberto Cioce Sampaio ²

Mario Procopiuck ³

Francisca de Paula Santos da Silva ⁴

Raquel Panke ⁵

RESUMO

Entende-se por Arranjos Produtivos Locais uma teia de emaranhados entre a esfera governamental e a sociedade civil organizada, pressupondo este como condicionante *sine qua non* para estabelecer estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável, tal como sugere o Turismo de Base Comunitária (TBC). O objetivo deste artigo é identificar se o projeto TBC Cabula configura-se como arranjo institucional e socioprodutivo. A pesquisa foi realizada na região do Cabula, localizado no município de Salvador, Bahia. Aplicaram-se instrumentos metodológicos de abordagem qualitativa, utilizando a técnica de entrevistas estruturadas e semiestruturadas e observações de campo. Como resultado verificou-se que o projeto TBC Cabula compreende o enfoque de economia solidária, por meio de um arranjo institucional e socioprodutivo, que promove espaços de aprendizagem social, ambiental e política. Nestes espaços são realizadas diversas ações, a exemplo de eventos, feiras e oficinas, propiciando uma ambiência fértil para a vivência de diferentes atores da sociedade em direção à efetiva sustentabilidade.

Palavras-Chave: Arranjo Institucional; Arranjo Socioprodutivo; Turismo de Base Comunitária; Sustentabilidade.

¹ Doutorado em andamento em Engenharia de Produção e Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. Mestrado em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. lu.ribeirocrs@hotmail.com

² Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, com período sanduíche em Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales. Professor na Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, Brasil; e na Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. carlos.cioce@gmail.com

³ Doutorado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil; e na Universidade Positivo, POSITIVO, Brasil. procopiuck@gmail.com

⁴ Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Professora na Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil. fcapaula@gmail.com

⁵ Doutorado em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. Professora na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. raquel.panke@hotmail.com

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

O modelo econômico associado ao processo de produção de riquezas, crescimento econômico, produção em massa, sociedade industrial e de consumo, aliado ao processo de mudanças decorrentes das dinâmicas da urbanização, remete ao desafio de pensar o desenvolvimento sustentável a partir do modo de vida urbano. Para tanto, é preciso associar prudência ambiental, desenvolvimento econômico e melhoria nas condições sociais de forma mais equitativa, justa e solidária.

Por outro lado, a ausência de políticas públicas estruturadas, em especial em territórios economicamente vulneráveis, onde o Estado deixa lacunas, resulta em deficiência no ordenamento territorial ocasionando uma urbanização precária, como a falta de infraestrutura, saneamento básico, transporte coletivo, segurança pública, educação, preservação ambiental e outros.

Diante desse cenário, a população urbana encontra-se diante da necessidade de estabelecer modos de vida mais resilientes para garantir a sua sobrevivência, assim como das gerações futuras. Neste contexto, o ser humano necessita melhorar sua relação com a natureza para garantir o equilíbrio do meio ambiente, com a preservação ambiental, sobretudo na questão de produção, consumo e distribuição compatibilizando a questão urbana com a sustentabilidade.

Portanto, o objetivo deste artigo foi identificar se o Turismo de Base Comunitária (TBC) Cabula e entorno configura-se como arranjo institucional e socioprodutivo para o desenvolvimento territorial sustentável. A pesquisa foi realizada na região do Cabula que é um conjunto de 17 bairros localizada no município de Salvador, Bahia, litoral Nordeste do Brasil.

Parte-se do pressuposto de que espaços urbanos, ao constituírem redes associativas ou organização da sociedade civil, atuando de maneira a contribuir para a concepção e implantação de políticas públicas, favorecem a criação de ambientes que remetem à emergência de arranjos produtivos locais que, por sua vez, promovem iniciativas, muitas vezes, ainda invisíveis ao próprio Estado, em um primeiro momento.

A seguir, na seção de procedimentos metodológicos, são explicitados os métodos e as técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, cujos resultados alcançados dialogam com o arcabouço teórico, demonstrando as características identificadas no caso do TBC Cabula quanto ao arranjo institucional e socioprodutivo e sua relação com sustentabilidade territorial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida considerando o método indutivo. Quanto a abordagem do problema, refere-se a uma pesquisa qualitativa. As técnicas de pesquisa para coleta de dados foram: documental, observação e entrevista. A pesquisa foi realizada no Território do Cabula no município de Salvador no estado da Bahia, a qual abrange 17 bairros.

Foram entrevistados 52 atores provenientes de iniciativas e entidades de apoio à economia solidária, universidade, escolas, órgãos governamentais, grupos culturais, grupo artesanal e alimentício, entre outras organizações que se relacionam com o TBC Cabula e entorno.

A partir desses contatos se desenhou o arranjo institucional e socioprodutivo local do TBC Cabula e entorno. A visita a campo, observação e entrevistas aconteceram entre os meses de junho e julho do ano de 2015.

A seguir, apresentam-se os principais aportes teóricos, que serviram de base para o estudo realizado no TBC Cabula e entorno.

ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo Sampaio et al. (2008), o arranjo institucional com base territorial é um diferencial de cunho estratégico para o desenvolvimento sustentável de municípios, principalmente em áreas carentes, traduzindo-se em processos coletivos de participação, como por exemplo: associações, assembleias, conselhos e fóruns de desenvolvimento locais, municipais, regionais e estaduais.

Desta forma, deve-se considerar que:

A participação legítima deve ser medida pelo poder de iniciativa adquirido pela comunidade, pelo espaço disponível para a realização de experiências, pelo grau de simetria existente nas relações entre os cidadãos e os diversos órgãos governamentais, pelos mecanismos instituídos para a elaboração e a resolução de conflitos, pela natureza dos processos de planejamento, pelo grau de acesso aos meios de comunicação e também pela capacidade das entidades comunitárias encontrarem um equilíbrio entre suas funções de críticas do regime e de proponentes de soluções construtivas (Sachs 2007, p. 169).

Atualmente, os estudos das Ciências Sociais enfatizam a relevância das instituições para a compreensão dos processos sociais, sobretudo relações entre grupos de interesse encontrados no cenário político. Marques (1997, p. 76) corrobora ao destacar que as instituições englobam regras formais, ou seja, “procedimentos consentidos, práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades de política e da economia”.

Os arranjos organizacionais ou territoriais constituem-se como instituições. É entendido por arranjo o conjunto de elementos articulados na composição de ações concretas para serem tratadas analiticamente. Desta forma, os arranjos emergem do entrelaçamento de relações interativas individuais que acabam por determinar o que ocorre com os outros indivíduos que participam da ação (Procopiuck 2013).

Arranjos institucionais, para Fox (1976, p. 743), “*defined as an interrelated set of entities and rules that serve to organize societies activities so as to achieve social goals*”, ou seja, trata-se de um conjunto de entidades e normas legislativas que se relacionam entre si com a finalidade de organizar as atividades societárias, de modo a alcançar objetivos sociais.

Os arranjos institucionais ou sociopolíticos são importantes para a formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de forma que, para uma construção adequada de arranjos institucionais, faz-se necessária a existência de políticas públicas estruturadas (Fiani 2013).

Hollingsworth (2000) estabelece quatro segmentos para analisar arranjos institucionais: *Instituições*, sendo normas, regras, convenções, hábitos e valores; *Organizações*, que englobam empresas, associações, partidos, escolas etc.; *Setores institucionais*, como por exemplo: o sistema financeiro, educação, pesquisa social e de produção; e, *Resultados e desempenhos*: estatutos, decisões administrativas, desempenho setorial e social.

Os atores sociais articulados em arranjos institucionais ou sociopolíticos são caracterizados como oportunidades promissoras de captar realidades, as quais se pretendem expressar por meio de conceito da temática ‘governança’ (*governance*). O termo tem sido abordado com ênfase nas novas modalidades de administração pública e de gestão de políticas públicas, especialmente com a “necessidade de mobilizar todo o conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da *performance* administrativa e da democratização dos processos decisórios locais” (Frey 2007, p. 138).

Para que essas políticas tenham repercussão, a sociedade civil organiza-se em redes. De acordo com Börzel (1998), as redes são estudadas como novas formas de organização social, sejam elas no campo da sociologia, da ciência e tecnologia, na economia das redes industriais e redes tecnológicas, na administração de negócios e nas políticas públicas.

As redes, também denominadas como arranjos, são consideradas complexos organizacionais que são conectados uns aos outros, devido à dependência de recursos que cada membro possui (Caban 2008). As redes possuem várias características: cooperação que se sustenta mediante os acordos entre

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

os atores; aprendizado e disseminação da informação – transformação de ideia em ações; abertura (*opened*) utilizada em ambientes com recursos escassos; e, utilização e fortalecimento de ativos intangíveis, relacionado com o conhecimento tácito e inovação tecnológica (Powell 1990; Rhodes & Marsh 1992).

O termo redes de políticas refere-se à tradução da terminologia utilizada em inglês para *policy network*, cujas relações referem-se ao envolvimento de diferentes instituições e grupos do poder executivo, legislativo e da sociedade civil, desde a concepção até a implementação da política. Ou seja, “*policy networks* de redes de relações sociais que se repetem periodicamente, mas que se mostram menos formais e delineadas do que relações sociais institucionalizadas, nas quais é prevista uma distribuição concreta de papéis organizacionais” (Miller 1994, p. 379).

Por isso, ao se compreender os conceitos e definições sobre redes e especificamente redes políticas, é possível perceber sua natureza cada vez mais significativa quanto à dinâmica político-decisória e a busca pela sustentabilidade a ser contemplada por alternativas políticas que considerem a importância da participação local para a legitimidade de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, os arranjos produtivos locais (APLs), também designados por *clusters* ou cadeias produtivas, constituem-se derivações de redes de políticas (Hollingsworth 2000) por apresentarem características e regras formais para sua estruturação.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs)

A atribuição de pequenas e médias empresas (PMEs) no desenvolvimento é constantemente debatida na teoria econômica. A partir dos anos 1970, com o desenvolvimento econômico que aconteceu nas regiões do centro e do nordeste da Itália, conhecido na atualidade como Terceira Itália, pesquisadores e agências governamentais de diferentes países, passaram a refletir sobre o papel das pequenas e médias empresas e sobre a possibilidade de conceber políticas públicas que lhes fossem adequadas. Assim, surgiu a denominação Arranjo Produtivo Local (APL), pensado como uma alternativa econômica em diferentes ambientes e formas de produção (Noronha & Turchi 2005).

O conceito de grupo de empresas desenvolvido por Michael Porter, da universidade de Harvard, originalmente denominado por *cluster*, e disseminado no Brasil como Arranjo Produtivo Local é tratado na literatura internacional como aglomerados. Da mesma forma, a discussão dos *clusters*, cadeia produtiva ou APLs, para os economistas brasileiros, refere-se à compreensão de que as pequenas empresas, no formato de aglomerações em um espaço competitivo, podem representar uma parte

significativa na questão do desenvolvimento nacional, regional e local (Bruna 2012; Noronha & Turchi 2005).

O APL concentra-se em micro e pequenas empresas por meio de aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com ênfase em um composto de atividades econômicas com condições de fomentar a interação, cooperação e aprendizagem, direcionadas à consolidação da capacitação inovativa, as quais são indispensáveis à competitividade empresarial e à capacitação social.

Comumente engloba a participação e a interação de empresas produtoras (bens e serviços), fornecedores (insumos e equipamentos), prestadores (consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros), bem como as diversas formas de representação e associação, as quais podem ser compostas por instituições públicas e privadas que auxiliem na formação e capacitação de recursos humanos, a exemplo das escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (Maluf 2005; Jia et al. 2010).

De acordo com Nascimento (2008), estudos apontam que os principais aspectos diferenciadores dos APLs estão relacionados aos aspectos culturais da região, tal como combinação e interação entre as empresas do mesmo setor ou de setores complementares. Além dos aspectos culturais associados aos APLs, percebe-se que existe uma transição do foco unicamente econômico ao considerar aspectos socioculturais, protagonismo dos atores locais e apoios institucionais que fomentam a inovação. Neste ponto, entende-se a correlação com a implementação de ações capazes de gerar o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estão instalados.

Seguindo a linha da sustentabilidade, Albagli e Brito (2003, p. 4) mencionam que “a formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associada a trajetórias históricas de construção de identidade e de formação de vínculos territoriais” seja no âmbito regional ou local, “a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum” que acrescidas ao aspecto ambiental compatibilizam-se à sustentabilidade.

Os APLs são beneficiados, sobretudo, pelo capital social, sendo que, para Robert Putnam (1996, p. 177), o capital social diz respeito “às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Sendo assim, pode-se exemplificar que esses benefícios acontecem a partir das relações familiares e de vizinhança, relações de amizade e relações profissionais, que trazem em seu bojo um conjunto de normas, crenças e valores sociais que são específicos àquela sociedade e, como tal, podem ser consideradas como instituições locais (Muls 2008).

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

Assim, os APLs podem ser considerados como potencializadores que promovem o desenvolvimento territorial sustentável, fomentando a dinâmica socioeconômica local. Neste sentido, é importante que exista um ambiente favorável que estimule os indivíduos a empreenderem (Senra 2007).

Sachs (2003) considera os APLs como gestão interorganizacional de um espaço territorial sociopolítico-econômico que estimula uma ação de diálogo entre cooperação e competição, com base em um conjunto peculiar de atividades econômicas contribuindo para uma visão sustentável da organização de uma região.

Diante do exposto, na próxima seção, aborda-se a economia solidária e o turismo de base comunitária como fenômenos que contribuem para governança comunitária, representados pelos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No Brasil, a economia solidária (ECOSOL) surgiu no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho, resultado das mudanças políticas e estruturais que afetaram o cenário econômico. A economia solidária privilegia as pessoas que vivem em determinado território. O trabalho possui significados, seja reprodutivo, produtivo e redistributivo, não sendo necessariamente sinônimo no seu conjunto de atividades repetitivas e alienantes (Sampaio et al. 2014).

Seus postulados, segundo Singer (2002), baseiam-se no humanismo, na solidariedade e na cooperação materializadas na propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão, preservando-se ainda o direito à liberdade individual, desta forma abrindo espaço para o desenvolvimento sustentável. Já Buzzatti (2007) entende a economia solidária como uma estratégia de movimentos populares e trabalhadores que contraria o desemprego, distribuição de renda e exclusão social.

Para Nascimento (2011, p. 91), a ECOSOL é “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”, enquanto a autogestão é “um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracteriza um novo modo de produção” (Nascimento 2011, p. 92).

De acordo com Razeto (2011, p. 5):

A economia de solidariedade constitui-se pondo solidariedade na economia, manifestar-se-á em diversas formas, graus e níveis segundo a forma, o grau e o nível em que a solidariedade se faça presente nas atividades, unidades e processos econômicos. Destarte, podemos diferenciar

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

nela e no processo do seu desenvolvimento, duas grandes dimensões. De um lado, haverá economia de solidariedade na medida em que, nas diversas estruturas e organizações da economia global, cresça a solidariedade pela ação dos sujeitos que a organizam. Do outro, identificaremos economia de solidariedade numa parte ou setor especial da economia: naquelas atividades, empresas ou circuitos econômicos em que a solidariedade tenha-se feito presente de modo intensivo, e onde esta opere como elemento articulador dos processos de produção, distribuição, consumo e acumulação.

A ECOSOL se organiza de duas formas: atividades econômicas - produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo, consumo solidário e organizações solidárias – cooperativas, associações, empresas autogestoras, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, turismo de base comunitária, e outros (Brasil 2005). Em ambos, é possível identificar o viés da sustentabilidade.

Neste conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. É necessário perceber que estas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na economia solidária (Brasil 2005).

Reconhecendo que a cooperação é uma estratégia para atingir objetivos comuns de uma sociedade, redes de políticas públicas sociais para a gestão participativa, se definem por várias ações “relativamente estáveis, de natureza não-hierárquica e interdependentes, conecta variedade de atores que compartilham interesses relativas a política e que trocam recursos com o objetivo de atingir esses interesses” (Börzel 1998, p. 220).

Esta reflexão é reforçada por Rhodes (2006) ao destacar a importância de se compreender os aspectos da gestão participativa de acordo com os movimentos, interações e mudanças que ali ocorrem, pois esta pode ser a forma mais coerente para entender os procedimentos diferenciados das lógicas hierárquicas e de mercado, ou seja, uma governança participativa e democrática que possa desencadear em uma lógica mais sustentável.

De acordo com Sáenz (2012), a gestão participativa confia na sua capacidade de intermediar conflitos sociais que possam existir no interior de suas redes, em resposta a questões que possam surgir como a articulação em rede, fortalecimento de sua intermediação e distribuição de poder, em consonância aos valores e percepção dos próprios atores.

Portanto, os atores da economia solidária são os empreendimentos econômicos solidários, suas entidades representativas, os agentes externos desdobrados em entidades de apoio e o poder

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

público. Destacam-se, ainda, as entidades de apoio e fomento, que são entidades cujo apoio é direto em forma de capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e gerencial a empreendimentos econômicos e solidários: Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Fundação Privada; Organização Não-Governamental (ONG) com natureza jurídica de associação; Serviço Social Autônomo; Incubadoras Universitárias ou Núcleos de Extensão Universitária.

A ECOSOL no Brasil, com mais de dez anos de existência, apresenta um significativo crescimento por meio da disseminação da ideia em diversos espaços. Apesar de inúmeras dificuldades e problemas (não pertencer a uma agenda de governo por exemplo), os avanços são perceptíveis em especial na sua organização. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária conta com 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, 3000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria e 200 municípios e 12 governos estaduais pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES 2019).

De acordo com a reportagem do Jornal O Estado de São Paulo (2019) o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), criado em 2006 a partir do Decreto nº 5.811, teve neste ano as suas regras alteradas, antes o conselho era vinculado ao Ministério de Trabalho e emprego, atualmente faz parte do Ministério da Cidadania, a qual reuni as pastas do Desenvolvimento Social, do Esporte e da Cultura. O CNAES teve as suas atividades descontinuadas e a alteração em sua composição. Ainda que inexista uma lei federal que a reconheça regulamente e fomenta as ações da ECOSOL e com as alterações ocorridas com o CNAES, é perceptível que o tema continua, de certa forma, nas agendas de governos, alguns estados e municípios já dispõem de regulamentação e muitos em processo de aprovação.

A ECOSOL em formato de redes de governança tem como objetivo a geração de trabalho e renda para os envolvidos, além de formar outras relações de produção e aperfeiçoar o modelo de produção, consumo e distribuição, sem a exploração humana e de recursos naturais (Mance 2003) potencializando alternativas para o desenvolvimento sustentável das localidades. A questão da rede de governança é abordada com mais detalhe na próxima seção.

A REDE DE GOVERNANÇA CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A partir do contexto de redes de governança que ultrapassam os limites de se buscar apenas a geração de trabalho e renda, incluindo sobretudo, outras formas de produção, sem a exploração humana e do recurso natural, que se percebe que uma rede de governança segue em direção ao

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

desenvolvimento sustentável. Segundo Paulista et al. (2008) encontram-se em concordância os conceitos de desenvolvimento sustentável, em relação ao crescimento equânime das condições de bem-estar da espécie humana, garantindo a preservação de recursos naturais necessários para oferecer as mesmas condições às gerações futuras.

No sentido do desenvolvimento sustentável, pensando em um melhor uso dos recursos naturais para se conquistar, em especial, a qualidade de vida, destaca-se neste trabalho de pesquisa a motivação que as comunidades possuem para se organizar coletivamente para suprir dificuldades socioambientais, socioculturais, socioeconômicas, neste caso, em forma de Turismo de Base Comunitária (TBC).

De acordo com Alves e Santos (2013), a prática do TBC tem origem a partir das comunidades rurais com a denominação de Turismo Rural Comunitário (TRC), iniciando isoladamente a partir dos anos de 1980 na América Latina, tendo a sua inserção devida às necessidades de construção de tendências no mercado turístico, sendo preconizados por comunidades indígenas e rurais com carência de recursos econômicos, em situação de extrema pobreza.

As autoras, ressaltam que a discussão sobre a definição do TBC pode ser entendida a partir de diferentes aspectos pautados, sobretudo, nos princípios da sustentabilidade e economia solidária, entre as quais: cooperação e autogestão.

Da mesma forma, o TBC é entendido como:

[...] uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, que deverão estar articuladas e em diálogo com os setores públicos e privados, do terceiro setor e de outros da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades” (Silva & Sá 2012, p. 11).

Diante das especificidades desta modalidade de turismo, o espaço urbano é um atrativo relevante para o TBC, devido ao modo de vida da comunidade local:

A sua memória social, cultural e histórica enriquecida pelos saberes, sabores e fazeres comunitários como a histórica oral, legado histórico, heranças culturais, origens do bairro, conhecimento popular, comidas típicas, festas e outras manifestações culturais e religiosas, músicas, danças, grupos culturais e recreativos, festivais, memoriais, arquiteturas, feiras livres, projetos sociais, atividades econômicas, os aspectos naturais e tudo mais que seja autêntico e capaz de fornecer experiências significativas ao visitante (Silva & Sá, 2012 p. 13).

Portanto, o TBC é uma maneira diferenciada de turismo que se caracteriza por um modelo de desenvolvimento local, sob a perspectiva da economia solidária, associativismo, com vistas à apropriação da comunidade aos benefícios adquiridos por meio da atividade turística de “forma

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

sustentável, onde há o respeito aos costumes da população receptora em face da valorização da forma como ela se constitui” (Alves & Santos 2013, p. 83).

Em resumo, percebe-se que o turismo de base comunitária considera a capacidade existente do local em acolher os visitantes turistas sempre com a preocupação do resguardo cultural a partir de uma gestão participativa e sustentável, o que possibilita conhecer outras culturas e outros modos de vida.

CONFIGURAÇÃO DO PROJETO TBC CABULA COMO ARRANJO INSTITUCIONAL E SOCIOPRODUTIVO

O projeto denominado Turismo de Base Comunitário (TBC) Cabula e entorno está geograficamente localizado no centro do município de Salvador, Bahia. O bairro do Cabula e os que se localizam em seu entorno situam-se entre a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela) e a BR-324, ao norte, até os limites da cidade com o município de Simões Filho. Estes bairros são tratados historicamente como periferia social.

O TBC Cabula e entorno é denominado a partir de um conjunto de 17 bairros, a saber: Arenoso, São Gonçalo do Retiro, Pernambucoés, Resgate, Fazenda Grande do Retiro, Cabula, Arraial do Retiro, Sussuarana, Saboeiro, Doron, Engomadeira, Narandiba, Estrada das Barreiras, Saramandaia, Mata Escura, Beiru e Novo Horizonte.

Esse conjunto de bairros teve sua história marcada por conflitos sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos, por meio de lutas e resistências de grupos de etnia indígena e povos de origem africana, que buscavam, na localidade do antigo quilombo Cabula condições de sobrevivência.

Além das características sociais e culturais, a região do Cabula abrange o potencial ambiental de um remanescente significativo de Mata Atlântica. Por esse motivo, se faz relevante entender a governança e como essas redes socioeconômicas se articulam em torno deste ecossistema.

Os conflitos socioambientais na região do Cabula se configuram desde o período de colonização, com a conquista de territórios, passando pelas relações econômicas, políticas, globalização entre outras. Esses e outros elementos ocasionaram alguns problemas dentre eles a desigualdade social, o enfraquecimento dos espaços de produção e a reprodução cultural e material sem serem orientados à sustentabilidade, dando espaço a utilização dos recursos naturais sem precaução e cuidado com o meio ambiente a fim de suprir demandas de produção, consumo entre outros. Essa lógica, também causa

entre outros fatores a degradação ambiental, exploração da mão de obra, redução da qualidade de vida e o bem-viver.

Neste sentido, Leff (2006, p. 111) menciona que para a resolução dos problemas ambientais é necessário agregar questões “ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos – de internalizar as externalidades ambientais na racionalidade econômica e os mecanismos do mercado – e construir uma racionalidade ambiental e um estilo alternativo de desenvolvimento”. O autor complementa que na busca por estas alternativas, relacionadas sobretudo, à questão produtiva “a questão ambiental orienta-se para a construção de uma nova racionalidade produtiva, por meio de processos políticos de conserto e mobilização de um conjunto de processos sociais” (Leff 2006, p. 112).

Neste contexto, surgiu o Projeto denominado Turismo de Base Comunitária (TBC) Cabula e entorno. Tal projeto teve início devido às angústias provocadas pela eminente ausência de diálogo entre universidade, comunidade e professores de diversas áreas do conhecimento, somadas a questionamentos feitos pela coordenação do projeto pertinentes ao modelo do turismo tradicional. Este com foco na questão econômica e atividades que não levam em conta questões do meio ambiente e sua sustentabilidade, tanto em âmbito rural quanto urbano, além da falta de articulação e envolvimento da comunidade nas questões do planejamento do turismo, bem como a identificação das mazelas ocasionadas pela atividade turística, entre outros.

Assim, a coordenação do TBC elaborou o projeto na região do Cabula, o qual foi aprovado pelo edital 021/2010 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob o título: “Turismo de base comunitária na região do Cabula e entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos” (Silva 2013).

A proposta visa a articulação de atividades de pesquisa e extensão em bairros populares do entorno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A área foi delimitada a partir da proximidade da UNEB e pelos seguintes motivos: favorecimento da interação entre a universidade e as comunidades; relevância histórica das antigas aldeias indígenas e dos quilombos do Cabula e do Urubu; patrimônio cultural, social, ambiental e tecnológico; potencial para a economia solidária e criativa; entre outras justificativas (Silva 2013).

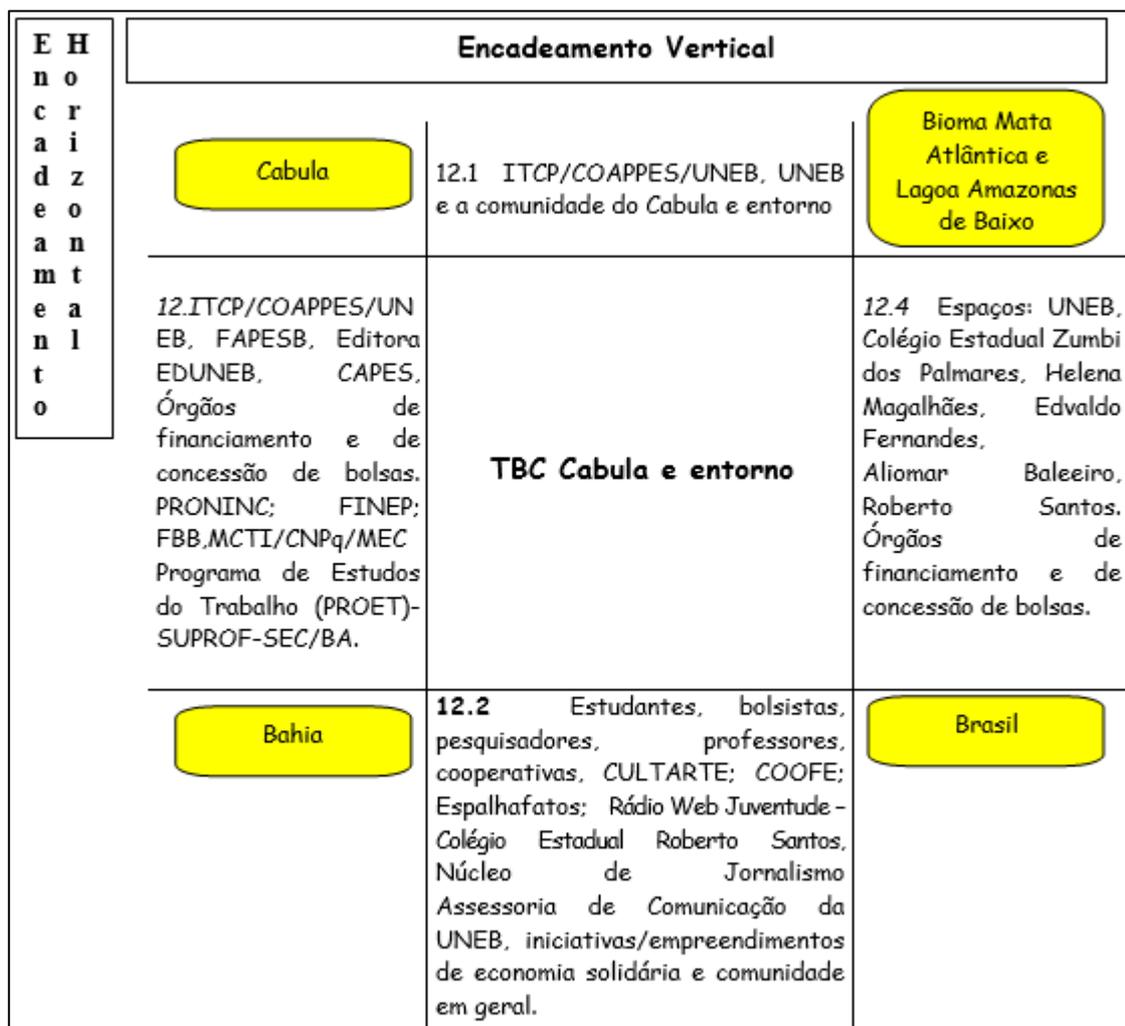
O projeto Cabula e entorno tem como desafio “a mobilização das comunidades para a criação de Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos Responsáveis e Solidários (RTUARSS)” resultando na

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

criação de uma cooperativa de Receptivos Populares, com especialização neste tipo de roteiro turístico (Silva & Sá 2012, p. 7).

A Figura 01 sistematiza as organizações que se entrelaçam ao projeto TBC Cabula e entorno caracterizando o arranjo identificado:

Figura 01. Arranjo do Projeto TBC Cabula e entorno.



Fonte: Os Autores.

Entrelaçado ao projeto TBC Cabula e entorno, apresentam-se no encadeamento horizontal os provedores de informação e relação política. As informações chegam ao projeto por meio da ITCP/UNEB e da própria universidade o que caracteriza uma governança de cima para baixo. Contudo, o projeto se destaca, sobretudo, pela existência de governança das bases, onde a comunidade tem voz ativa e trazem as suas demandas. Segundo a coordenadora do projeto, as pessoas que vivem nas comunidades são os maiores provedores de informação.

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

Os atores da comunidade participam efetivamente das reuniões do TBC, trazendo as demandas que consideram importantes e pretendem executar. É exemplo de demanda trazida por eles a vontade que tinham de aprender a escrever artigos e afins. Dessa forma, em ação conjunta, comunidade, universidade, professores, alunos, bolsistas entre outros resolveram promover oficinas de produção de texto.

Outro exemplo desta governança de base comunitária são os eventos denominados de Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), onde a comunidade define, planeja, organiza, monitora e executa com o auxílio técnico da equipe do projeto TBC, Cabula e entorno.

Entre os atores que fazem parte desta governança e se entrelaçam ao projeto, mas especificamente na questão de distribuir e consumir as informações: os estudantes, bolsistas, pesquisadores, professores, cooperativas, Grupo Cultural CULTARTE, cooperativa múltiplas fontes (COOFE), Espalhafatos, Domingo Alternativo, a divulgação das atividades do projeto também ocorre na mídia via Rádio *Web* Juventude no Colégio Estadual Roberto Santos, Assessoria de Comunicação do Núcleo de Jornalismo da UNEB, entre outras iniciativas articuladas ao longo dos anos de execução do projeto e outras que foram agregadas depois do período de pesquisa de campo.

No encadeamento horizontal encontram-se as organizações que apoiam o projeto, além das já mencionadas acima: Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB, UNEB e ITCP-UNEB. Ainda, os órgãos de financiamento e de concessão de bolsas: Programa Nacional de Incubadoras e Cooperativas (PRONINC) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Considerados também como apoiadores do edital 43/2013, em execução, estão o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC) e Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Edital: 037/2012, em execução do Programa de Estudos do Trabalho (PROET)-SUPROF-SEC/BA, com o título: “Museu virtual do quilombo Cabula: uma contribuição para a mobilização do turismo de base comunitária no bairro”; edital 028/2012 FAPESB, sendo executado sem a liberação da verba, cujo título é “Turismo de base comunitária no antigo quilombo Cabula: construindo conhecimento com as escolas”; Edital: 029/2012, FAPESB, igualmente em execução sem a liberação do recurso, cujo título é “Meio ambiente, saúde e turismo de base comunitária: configuração de uma rede de articulações pela qualidade de vida no distrito sanitário do Cabula/Beiru, Salvador-Bahia e outros”.

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

As terceirizações que ocorrem no projeto são diversas. Alguns exemplos são: as reuniões que acontecem para organização de eventos, as oficinas solicitadas pelas comunidades e feiras de comercialização para os empreendimentos. Essas atividades e outras acontecem em vários espaços cedidos por parceiros, como: UNEB, Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, além dos Colégios: Helena Magalhães, Edvaldo Fernandes, Aliomar Baleeiro, Roberto Santos, além das secretarias localizadas no Centro Administrativo da Bahia (CAB) entre outras.

Portanto, o Projeto TBC Cabula como Arranjo Institucional e Socioprodutivo apresentou diferentes iniciativas que se constituem como elementos relevantes para a transformação social e promoção da sustentabilidade local.

ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DA GOVERNANÇA DO PROJETO TBC CABULA COMO ARRANJO INSTITUCIONAL E SOCIOPRODUTIVO

Para identificar a governança com foco em iniciativas de economia solidária do Cabula e entorno, foram levados em consideração os quatro elementos apontados por Hollingsworth (2000), relacionados ao arranjo sociopolítico. Esses elementos se fundem e se relacionam com os sistemas sociais de produção os quais são decisivos para o desempenho econômico, o que se configura no arranjo socioprodutivo. Levando em consideração a concepção de governança de Dallabrida (2003), o qual explica que o termo governança é entendido por iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente em administrar demandas públicas, o Projeto TBC Cabula demonstra tal capacidade, mesmo com algumas limitações.

Uma vez que a governança está relacionada com a competência de dar retorno às demandas que a comunidade apresenta, neste caso, aos projetos, naturalmente exige certa agilidade técnica e administrativa, envolvendo órgãos governamentais, instituições pública e privada.

Nesta perspectiva o arranjo envolto do projeto TBC Cabula e entorno, possui governança, sobretudo, de base comunitária, a qual envolve diversas organizações além dos membros da comunidade. Essa governança de base comunitária funciona como um encadeamento de esforços, em prol de objetivos em comum. Essa governança sugere uma metodologia de descentralização do processo de tomada de decisão, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Para tal, foram identificados um conjunto de membros para a realização das diversas atividades e ações nas comunidades destes bairros, compostas de forma multidisciplinar contemplando as áreas de educação, saúde, meio ambiente, história, cultura, lazer, urbanismo, turismo, comunicação, economia solidária, tecnologia social, tecnologia da informação e outras. Assim, a junção de todas as

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

áreas forma a equipe do projeto que é dividida em 14 eixos temáticos: meio ambiente, ecologia social e ecoturismo; políticas públicas, desenvolvimento regional e local, educação, formação e cidadania; comunicação comunitária; inclusão sociodigital; cooperativismo, economia solidária, tecnologia social e inovação; turismo de base comunitária; e território e espaço urbano.

Devido a diversidade cultural e ambiental existente nessas comunidades, é entendido que a atuação por meio de ações com estes focos favorecerá a diversificação da oferta turística de Salvador e o desenvolvimento social e econômico das localidades em questão.

O favorecimento se dá por meio do turismo, da produção associada, cooperativismo e outras ações que fortalecem as relações entre as pessoas e as comunidades no caminho para o desenvolvimento efetivamente sustentável.

Dessa forma, foi percebido que o projeto TBC Cabula e entorno desenvolve seu trabalho conforme a lógica apontada por Max-Neef (2005) traduzido como um propósito fundamental para o desenvolvimento de atividades e ações voltadas para o turismo de base comunitária, a preservação de outros modos de vida, reforçando a manutenção da diversidade e das identidades locais e regionais, que a rede de comunidades possui.

O TBC por meio de seu arranjo apresentou um encadeamento de esforços o qual tem como protagonista a Universidade do Estado da Bahia, bem como, a ITCP/UNEB. Esse protagonismo se dá, pois, o projeto está dentro de uma universidade apoiada pela ITCP. As reuniões para organização das ações ocorrem no espaço universitário nas quais professores que formam a equipe técnica multidisciplinar do TBC, bem como, estudantes, bolsistas e pesquisadores têm vínculo com a universidade ou com a ITCP/UNEB.

A concepção de trabalho da equipe TBC Cabula e entorno funciona como um fomentador, pois trabalha a partir de um processo pedagógico, não tendo a intenção de ser intervencionista, de maneira que a universidade faça todas as ações. É um projeto que não tem a ansiedade de apresentar resultados, mas sobretudo, existe uma preocupação pedagógica quanto a formação de uma consciência voltada para o desenvolvimento sustentável, com o intuito de que iniciativas emergjam da comunidade e das suas organizações.

O arranjo é fundamental para a formulação de políticas de desenvolvimento urbano sustentável, de forma que para uma construção adequada de arranjos institucionais são necessárias políticas públicas estruturadas. Reforçado por Sampaio et al. (2014) que as iniciativas em volta dos

arranjos estão produzindo e reproduzindo lógicas instrumentais de caráter mais coletivo e sustentável, criando opção ao modelo economicista, utilitarista, materialista e individualista.

Deste modo, o entrelaçamento de iniciativas que se desenhou é perceptível na sua metodologia por meio da educação identificado como espaços de aprendizagem social e política. Sendo que estes espaços de aprendizagem oportunizam a vivência de diferentes atores, para praticar comportamentos, condutas, valores experiências e conhecimento por meio do diálogo entre a sociedade e o Estado. Assim caracteriza-se a configuração da governança do projeto TBC Cabula como arranjo institucional e socioprodutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da limitada atuação do Estado, o projeto TBC possui diversas ações com resultados significativos à comunidade, a exemplo das oficinas de texto, cuja demanda veio da comunidade com a intenção de inverter a relação da universidade com a comunidade, deixando de ser o objeto de estudo para ser o sujeito colaborativo. Além desta oficina, várias ações foram desenvolvidas pelo projeto, dentre elas: seminários, eventos, promoções de feiras, oficinas, educação integral, atividades culturais: dança, canto, poesia, pintura, artesanato, grafite entre outros. Dessa forma, envolveram-se diversos atores que promoveram a construção do arranjo, os quais fortaleceram o projeto e as iniciativas, principalmente no que tange à organização da sociedade civil nos espaços sociopolíticos e socioambientais.

Constata-se que a triangulação do projeto TBC, entre organizações do terceiro setor e a sociedade civil organizada, demonstra uma sinergia possível que congrega esforços conjuntos em prol de objetivos de interesse comum demonstrando a criação de um forte capital social da comunidade.

Dessa forma, pode-se dizer que o projeto TBC Cabula e entorno voltado para a economia solidária e ação territorial configura-se como um arranjo institucional e socioprodutivo, que valoriza a cultura, identidade e modos de vida da população local, fortalecendo as demandas da comunidade e se preocupa com a questão ambiental. Ou seja, os resultados desse processo extrapolam o plano meramente econômico ou acadêmico, atendendo igualmente, a demanda educacional e socioambiental, colocando os atores sociais como protagonistas de sua própria história constituindo-se num exemplo de uma prática de sustentabilidade.

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

Embora haja muitos desafios ainda a serem superados no Projeto TBC Cabula e entorno, a iniciativa comprova a possibilidade de se aplicar alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável que pode ser replicada em outras realidades e assim contribuir para a transformação social do país.

REFERÊNCIAS

- Albagli S, Brito J 2003 [homepage da Internet]. Glossário de arranjos produtivos locais: Projeto Políticas Promoção de Arranjos Produtivos Locais de MPME. UFRJ/IE/redeSist, Rio de Janeiro. [acesso 5 Ago. 2017]. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/Glossario/Glossario%20Sebrae.pdf>.
- Alves K, Santos ACS 2013. Turismo de base comunitária e tecnologias educativas. In FPS Silva (org.). *Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno*, EDUNEB, Salvador, 313p.
- Börzel TJ 1998. Organizing babylon: on the different conceptions of policy networks. *Public Administration*, 76:253-273.
- Brasil 2005 [homepage da Internet]. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. A economia solidária, 2005. [acesso 25 Jan. 2017]. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.
- Bruna GC 2012. Arranjos produtivos locais como estimuladores do desenvolvimento e da sustentabilidade. In: A Philippi JR, CAC Sampaio, V Fernandes (orgs.). *Gestão de natureza pública e sustentabilidade*. Manole, Barueri, 1108 pp.
- Buzzatti APA 2007. *Economia popular solidária frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho*. Universidade Federam do Matogrosso do Sul, Santa Maria.
- Caban LC 2008. *Análise comparativa das instituições e organizações agroindustriais cítricas dos estados da Flórida (EUA) e São Paulo (Brasil)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.
- Dallabrida VR 2003. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”. *Documentos y aportes en administración pública y gestión estatal, Santa Fé*, 3(4):61-94.
- FBES 2019 [homepage da Internet]. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. [acesso 12 mar. 2019]. Disponível em: <http://fbes.org.br/>.
- Fiani R 2013 [homepage da Internet]. Arranjos institucionais e desenvolvimento: O papel da coordenação em estruturas híbridas. 1815 Texto para discussão. IPEA. [acesso 25 Jan. 2017]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/971/1/TD_1815.pdf.
- Fox IK 1976. Institutions for water management in a changing world. *Natural Resources Journal*, 16:743-758.
- Frey K 2007. Governança urbana e participação pública. *RAC-eletrônica*, 1(1):136-150.

Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade:
Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

Hollingsworth JR 2000. Theme Scion doing institutional analysis: implications for the study of innovations. *Review of international political economy*, 7(4):595-644.

Jia W, Liu LR, Xie XM 2010. Diffusion of technical innovation based on industry-university-institute cooperation in industrial clusters. *The Journal of China Universities of Posts and Telecommunications*, 17:45-50.

Jornal O Estado de São Paulo 2019 [homepage da Internet]. Governo Bolsonaro paralisa e esvazia conselhos e comissões. [acesso 17 mar. 2019]. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/governo-bolsonaro-paralisa-e-esvazia-conselhos-e-comissoes,70002743226>.

Leff E 2006. *Epistemologia Ambiental*. 4.ed. Cortez, São Paulo.

Maluf RB 2005. *Programa de desenvolvimento do APL de confecções - rua do Uruguai e entorno*. Programa de Requalificação da Península de Itapagipe, Salvador.

Mance EA 2003. *Como organizar redes solidárias*. DP&A, Fase, IFIL, Rio de Janeiro.

Marques EC 1997. Notas críticas à literatura sobre o estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB*, 43:67-102.

Max-Neef M 2005. Prefácio. In CAC Sampaio. *Turismo como fenômeno humano*. Edunisc, Santa Cruz do Sul.

Miller HT 1994. Post-Progressive Public Administration: lessons from policy networks. *Public Administration Review*, 54(4):378-386.

Muls LM 2008. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Economia*, 9(1):1-21.

Nascimento CA 2011. Autogestão e o “novo cooperativismo”. In E Benini, FM Sardá, HT Novaes, R Dagnino. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Outras Expressões, São Paulo.

Nascimento IVO 2008. *Os arranjos produtivos locais do turismo nas praias do Trairi – Ceará*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza Ceará, 180 pp.

Noronha EG, Turchi L 2005 [homepage da Internet]. Política industrial e ambiente industrial na análise de arranjos produtivos locais. Texto para discussão. IPEA. Brasília. [acesso 25 Jan. 2017]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1076.pdf.

Paulista G, Varvakis G, Montibeller-Filho G 2008. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, 11(1):185-200.

Powell W 1990. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. *Research in organization Behavior*, 12:295-336.

Procopiuck M 2013. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: Análise e Avaliação: governança e redes de políticas, administração judiciária*. Atlas, São Paulo, 383 pp.

Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade:
Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

Putnam RD 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

Razeto LM 2011 [homepage da Internet]. O que é a economia de solidariedade. [acesso 25 Jan. 2017]. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net/content/i-o-que-%C3%A9-economia-de-solidariedade>.

Rhodes RAW 2006. Policy network analysis. In M Moran, M Rein, RE Goodin (eds.). *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford University Press, Oxford, p. 423-45.

Rhodes RAW, Marsh D 1992. New directions in the study of policy networks. *European Journal of political research*, 21:181-205.

Sachs I 2003 [homepage da Internet]. O tripé do desenvolvimento incluyente. Palestra Magna. Seminário de Inclusão Social. BNDES. 22 e 23 de setembro de 2003. [acesso 25 jan. 2017]. Disponível em: [www.http://ignacisachs.blogspot.com.br/2008/12o-trip-do-desenvolvimento-incluyente.html](http://ignacisachs.blogspot.com.br/2008/12o-trip-do-desenvolvimento-incluyente.html).

Sachs I 2007. *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Cortez Editora, São Paulo, 472 pp.

Sáenz RC 2012. Gobernanza y democracia: de vuelta al rióturbio de la polític. *Revista Gestión y Política Pública*, 21(2):333-374.

Sampaio CAC, León C, Dallabrida IS, Pellin V 2008. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: o aprendizado a partir das cooperativas de Mondragón. *Organizações & Sociedade*, 15(46):77-98.

Sampaio CAC, Santos LCR, Ribeiro LS 2014. A ecosocioeconomia e a economia solidária, uma aproximação teórica. In *I Seminário Nacional de economia solidária*. Ponta Grossa, Paraná.

Senra KV 2007. *Políticas e instituições para o desenvolvimento econômico territorial (DET) no Brasil*. Boletim Regional. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, n. 4 mai/ago. Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, Brasília, p. 7-14.

Silva FPS (org.) 2013. *Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno*. EDUNEB, Salvador, 313 pp.

Silva FPS, Sá NSC (org.) 2012. *Cartilha (in)formativa sobre Turismo de Base Comunitária "O Abc do TBC"*. Eduneb, Salvador, 32 pp.

Singer P 2002. *Introdução à economia solidária*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

Institutional and Socioprodutive Arrangement Correlations and Sustainability: A Case Study on Salvador, Bahia

ABSTRACT

Local Productive Arrangement is understood as a network between the governmental sphere and organized civil society, presupposing this as a sine qua non conditioner to establish strategies for

Arranjo Institucional e Socioproductivo Correlações e Sustentabilidade:
Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Mario Procopiuck;
Francisca de Paula Santos da Silva; Raquel Panke

sustainable territorial development, as suggested by the Community Based Tourism (CBT). In this sense, the objective of this article is to identify if the Cabula CBT project is configured as an institutional and socio-productive arrangement. The research was carried out in the region of Cabula, a set of 17 neighborhoods, located in the city of Salvador (Bahia). In order to fulfill this objective, methodological instruments of qualitative approach were applied, using the technique of structured and semi-structured interviews and field observations. As a result, it has been identified that the TBC Cabula e environs project comprises the solidarity economy approach, through an institutional and socio-productive arrangement, in which it promotes social and political learning spaces, where various actions are carried out, such as events, fairs, Workshops and seminars, providing an environment for the experience of different actors in society toward sustainability.

Keywords: Institutional Arrangement; Socioproductive Arrangement; Community Based Tourism; Sustainability.

Submissão: 04/04/2019

Aceite: 20/07/2019